



Uma Erva de Muitas Virtudes O Aloés Socotorino na Mira de Botanistas e Viajantes desde a Antiguidade até à Idade Moderna

ZOLTÁN BIEDERMANN*

INTRODUÇÃO

É comum falar-se, nos nossos dias, das qualidades curativas e cosméticas do aloés. O suco desta planta regula as funções intestinais, fortalece o sistema imunitário, combate infecções, reduz inflamações e ajuda a curar as feridas dos órgãos interiores e da pele. Segundo alguns, é mesmo eficaz na luta contra o cancro. Com tantas qualidades, é natural que o aloés tenha vindo a conquistar mercados sucessivos desde a Antiguidade até aos nossos dias.

A história do aloés mereceria, por isso mesmo, um livro inteiro. Ela envolve as mais diversas épocas e civilizações, e por conseguinte fontes escritas que vão desde a literatura médico-mágica da antiguidade pré-clássica até às tentativas de sistematização botânica e química do século XIX. No âmbito do presente artigo, porém, mais não podemos fazer do que fornecer

elementos esparsos, lançando um pouco de luz, com a ajuda de textos que nos parecem representativos dos principais desenvolvimentos, sobre as diversas etapas desta história longa e complexa. É natural que muitos aspectos fiquem de fora, alguns dos quais se poderão revelar significativos no futuro. É também possível que, face à confusão por vezes considerável dos textos da Época Moderna dedicados ao aloés, nós próprios cometamos erros ou imprecisões. Esperamos no entanto que estas falhas acabem por perder um pouco da sua importância perante a diversidade dos “fios”, por vezes soltos, por vezes entrelaçados, que tentaremos identificar e seguir.

Um dos principais desafios que se colocam a quem observa a história do aloés é a diversidade de espécies do género das aloíneas que produzem sucos com qualidades curativas em regiões variadas do mundo. Encontram-se hoje catalogadas mais de três centenas. Daí que, quando o aloés – não tanto a planta, mas sim o seu suco homónimo e os respectivos derivados – aparece nos “livros” médicos da Antiguidade pré-clássica e clássica, não saibamos exactamente que espécie estava na sua origem, nem de que região vinha. Embora o maior conjunto das aloíneas conhecidas seja originário do continente africano, e principalmente da sua parte oriental, existiam também plantas deste género em várias regiões do Mediterrâneo Oriental e do Índico. Há, portanto, múltiplas pistas que por vezes se cruzam e por vezes correm lado a

* Doutorado em História pela Universidade Nova de Lisboa e pela École Pratique des Hautes Études (França). Especialista em história da expansão portuguesa no Índico. Autor de dois livros e vários artigos dedicados à história de Socotora, do Golfo Pérsico, do Sri Lanka e da Índia Meridional. É investigador bolseiro do Centre for 17th and 18th Century Studies, Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Ph.D. in History from the Universidade Nova de Lisboa and École Pratique des Hautes Études (France). Specialist in the history of the Portuguese expansion in the Indian Ocean. Author of two books and several articles on the history of Socotra, the Persian Gulf, Sri Lanka and South India. Research fellow at the Centre for 17th and 18th Century Studies, University of California, Los Angeles.

lado, criando alguma, ou mesmo bastante, confusão. Épocas diferentes tiveram aloés diferentes, e mesmo dentro de cada horizonte cronológico existiram variações geográficas que importará um dia retrair com precisão. Para mais, nem tudo o que se chama aloés nos documentos é aloés, visto que existe um produto de origem totalmente diferente, o lenho-aloés, que partilha com o objecto da nossa curiosidade parte do nome, e que por vezes com ele é confundido, embora os dois nada tenham a ver um com o outro¹.

A fim de não nos dispersarmos em demasia, tentaremos seguir uma ordem cronológica na nossa abordagem, evocando no quadro de cada época o conjunto dos dados que nos parecem significativos para a história geral do aloés. Visto que o presente artigo se concentra essencialmente na história moderna, iremos dar um ênfase maior a esse período. No entanto, pareceu-nos que seria incorrecto investir apenas no estudo dos autores modernos, pois poderia criar-se assim a ilusão de uma ruptura face a períodos anteriores em que os usos e os conhecimentos ligados ao aloés não eram, na verdade, fundamentalmente diferentes. Só no final da nossa história – e, portanto, também do presente artigo – iremos incidir sobre algumas “certezas” criadas pela química e pela botânica dos séculos XIX e XX, e com isto ajudar, talvez, a “arrumar” um pouco as desordens criadas por autores, viajantes e comerciantes ao longo dos milénios.

O ALOÉS NA MEDICINA GRECO-ROMANA: PLÍNIO E DIOSCÓRIDES

O aloés aparece mencionado, pela primeira, numa placa de argila suméria, escrita por volta de 2200 a. C., e encontrada em Nippur, no actual Iraque. Surge depois também, como seria de esperar, no Egipto Antigo, encontrando-se referenciado no chamado “papiro de Ebers”, um documento de cerca de 1500 a. C. dedicado às qualidades curativas de certas plantas. Mas é já na época romana que os conhecimentos acerca do aloés aparecem descritos de forma mais sistemática, embora sem que saibamos exactamente a que aloés os autores se referiam. A palavra que então se enraizou nos usos do Ocidente foi um nome grecizado derivado de um étimo (talvez *alwa*, *elewa*, significando algo como colostro ou *collostrum*, “o primeiro leite materno”) que, ao que tudo indica, fora trazido para a Grécia a partir da região da Síria ou da Fenícia².

Na verdade, não sabemos até que ponto o aloés foi apreciado nas cidades helénicas antes do início da era cristã. Os grandes autores gregos, nomeadamente Teofrasto – que escreveu a sua *História Natural* no rescaldo das conquistas alexandrinas terminadas em 323 a. C. –, pouco ou nada dizem sobre o aloés, a despeito de ser altamente provável o uso desta planta como cicatrizante na medicina militar daquela época. É apenas três séculos mais tarde, nos inícios da era cristã, que surgem, na Roma imperial, duas importantes descrições do aloés: a de Caio Plínio Segundo, o Velho e a de Pedânio Dioscórides Anazarbeu.

Nestas nos deteremos por alguns instantes porque são, no âmbito da história do aloés, verdadeiros textos fundadores: muitos dos dados neles contidos foram reproduzidos, comentados e desenvolvidos por inúmeros autores ao longo dos 15 séculos seguintes. Temos assim Dioscórides, que descreve a forma da planta do aloés e a sua origem geográfica nos termos seguintes:

“[o aloés] tem folhas semelhantes às da cebola marinha (*scillae*), gordurosas, um tanto achatadas, espessas no rebordo e dobradas para trás; todas as folhas têm espinhos curtos que surgem nas partes laterais. [Estas plantas] fazem rebentar para cima um caule parecido com o do asfódelo [*antherici*]. Toda a planta tem um forte cheiro, e um sabor muito amargo. Possui uma só raiz, tendo por raiz uma espécie de prego. Cresce em maior abundância na Índia, de onde vem também o seu suco para o comércio; mas também cresce na Arábia e na Ásia [Menor], e em certos lugares próximos do mar, como a ilha de Andros.”

O mais interessante para o nosso efeito é certamente a descrição dos usos que já nessa época se davam às substâncias contidas na planta de aloés:

“[Mesmo] não servindo para a obtenção de suco, [as folhas] servem, ao serem esfareladas e colocadas [na pele], para fechar as feridas. Do suco, existem dois géneros; um tem a cor da areia e parece o resto filtrado de um [suco] totalmente purificado; o outro é da cor do figado. [É preferível] tomar o [aloés] gorduroso, de aspecto não arenoso, reluzente, amarelado, fácil de reduzir em pó, como o figado³, tão hidrófilo quanto possível e distinto pela sua amargura; o outro, negro e rijo, pelo contrário, é de evitar. Falsifica-se [o aloés] com goma, o que se nota no sabor, na amargura e no cheiro, assim como

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

pelo facto de, ao esfregar-se entre os dedos, não se reduzir à areia mais fina. Alguns misturam-no também com acácia.

O seu efeito é aquecer, secar, acalmar, fortalecer o corpo; relaxa porém os intestinos e limpa o estômago; ao tomar-se numa quantidade de duas colheres com água fria ou leitosa, faz parar as hemorragias internas; com três óbolos ou uma dracma de água, como bebida, limpa [o corpo] da icterícia.

Tomado com resina ou com água fervida ou com mel, age como laxante sobre o intestino; com uma dose de três dracmas purga de forma definitiva; misturado com outros laxantes, torna estes menos agressivos para o estômago. Espalhado [em pó sobre a pele], fecha as feridas e limpa e limita os abscessos [ou úlceras]. Misturado com vinho doce, presta bons serviços no tratamento de condilomas, pára as sangrias hemorroidais, e ajuda a expulsar unhas encravadas.

[O aloés] age contra os hematomas e derrames de sangue no olho; com mel, reduz as inflamações do rebordo das pálpebras; e untado, com vinagre, na testa e na fronte, [reduz] também as dores de cabeça; com vinho, retarda a queda do cabelo e serve para as amígdalas e as gengivas; com mel ou vinho, [cura] todas as [doenças] da boca. Para [servir de] fármaco para os olhos, é aquecido num recipiente limpo e aquecido, remexendo até se tornar claramente vermelho; purifica-se então retirando os detritos inutilizáveis e guardando [as partes] gordurosas e finas.”⁴

A descrição de Plínio é de tal maneira parecida com a de Dioscórides que se tem especulado sobre a eventualidade de um plágio. Para minorar a polémica, tem-se também aventado a hipótese de uma fonte comum, mais tarde perdida, onde ambos teriam ido buscar a informação tocante às qualidades e aos usos das várias plantas medicinais⁵. Na verdade, os textos relativos ao aloés não são totalmente idênticos, e Plínio é em algumas passagens mais explícito ou até mais completo do que o seu contemporâneo grecófono. Escreve o autor latino:

“O aloés tem semelhança com a cebola marinha [*scilla*], tendo embora as folhas maiores e mais sumarentas, com riscas oblíquas. O seu caule é tenro, avermelhado na sua parte central, não muito diferente do do asfódelo [*antherici*]. A

sua raiz é uma [i.e. tem um só tronco] e penetra na terra como uma estaca. De cheiro é forte, de gosto amargo. O mais louvado vem da Índia, mas também nasce na Ásia [Menor]. Só se usam porém, deste, as folhas frescas para as feridas – pois fecha [as feridas] maravilhosamente – ou [ainda] o suco. Por isso semeia-se em recipientes cónicos, como o *aizoium maius*. Alguns fazem também, antes de estarem maduras as sementes, um corte no caule para obter o suco, [sendo que] outros [cortam] as folhas. Acha-se [porém], também, uma lágrima que adere [à planta] por si mesma; por isso se recomenda bater a terra onde [a planta] está, para que a lágrima não seja absorvida. Alguns houve que afirmaram que na Judeia, acima de Jerusalém, [o aloés] tem uma natureza metálica [ou mineral], mas nenhum é mais impróprio e também mais escuro ou húmido [do que este]. Será portanto o melhor [aloés] gorduroso e reluzente, de cor avermelhada, friccionável e de densidade parecida com a do fígado, facilmente liquescente. A sorte imprópria será [pelo contrário] negra e dura, arenosa e, conforme se nota pelo sabor, adulterada com goma e [suco de] acácia. Está na sua natureza o espessar, o adensar e o aquecer ligeiramente.”

É mais uma vez no tocante aos usos medicinais do suco de aloés que o autor nos fornece as informações mais detalhadas e significativas para a história dos saberes associados a esta substância:

“[O aloés] tem muitos usos, mas o seu alvo principal é o de solver [laxar, purgar], pois é o único medicamento, dos que servem para isso, que também fortalece [*confirmet*] o estômago, e não o ataca com nenhum efeito inconveniente. Bebe-se uma dracma, ou, no caso de fraqueza de estômago, uma colher dissolvida em dois *cyathi* de água fria ou tépida, duas ou três vezes num dia, com os intervalos que as circunstâncias exigirem. Mas para laxar não mais que três dracmas, sendo que [o aloés] é ainda mais eficaz se se comer [algo] depois de o beber. Com vinho austero detém a queda do cabelo ao untar-se a cabeça contra [a direcção] do cabelo. Diminui as dores de cabeça ao colocar-se nas fronte e na testa com vinagre e água de rosas, ou como infusão ligeiramente diluída. É [geralmente] reconhecido que [o aloés] cura todas as doenças dos olhos, em particular

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

os pruridos e as partes ásperas nas pálpebras; assim como as marcas e os derrames [de sangue], quando aplicado com mel, principalmente com [mel] pôntico, as amígdalas, as gengivas e todos os abcessos da boca, e ainda as excreções de sangue, sendo que, quando [estas] são moderadas, se bebe uma dracma [de aloés dissolvido] em água, e, quando são mais fortes, em vinagre. Em estado puro ou com vinagre, [o aloés] sustém o sangue que sai de feridas ou outros lugares quaisquer. É também geralmente de grande utilidade com as feridas, pois induz a cicatrização. Aplica-se também em pó sobre as úlceras no órgãos genitais do homens, sobre sinais [*condylomatis*] e gretas na parte traseira, ou com vinho, ou com vinho de passas, ou só por si em estado seco, conforme as exigências do tratamento em mitigar ou estancar. Também faz parar de forma suave as sangrias demasiado abundantes das hemorróides. Em caso de disenteria dá-se a beber, e quando a digestão dos alimentos causa dificuldades maiores, bebe-se algum tempo depois da refeição. Em caso de icterícia, [tomam-se] três óbolos [de aloés] em água; para alimpar os intestinos também se toma em pílulas com mel cozido ou resina de terebintina. [O aloés] retira dos dedos a pele que cresce [sobre as unhas]. Para o uso em medicamentos para os olhos, lava-se para que as partes arenosas se afundem [na água], ou então torra-se num recipiente, remoendo repetidas vezes com uma pluma para que se torre uniformemente.”⁶

Fica decerto demonstrado, com estes dois textos, que o aloés estava bem enraizado na consciência colectiva dos cidadãos romanos durante a época tardo-republicana e imperial. Existem aliás outras referências textuais a prová-lo. O aloés era amplamente conhecido pela sua extrema amargura, que rapidamente se tornou objecto de um lugar-comum. Assim, por exemplo, Juvenal fala numa das suas sátiras na “beleza” como sendo “um bem precioso e raro” que, no entanto, “não oferece nenhum prazer quando, adulterado pela sobrançeria, contém em si pouco mel e muito aloés”⁷.

Dentro da teoria dos humores que se ia desenvolvendo e popularizando, em versões diversas e de sofisticação desigual, o aloés aparecia recorrentemente como uma substância “quente” (até ao segundo grau), “seca” (no terceiro grau) e “adstringente” ao mesmo

tempo: por razões um tanto ou quanto obscuras, ela exercia um efeito estimulante e laxante sobre os órgãos digestivos, enquanto ajudava precisamente a cerrar as feridas da pele⁸. Como veremos, esta diversidade de efeitos no interior e no exterior viria a ser objecto de discussões acesas na época moderna. Mas, de qualquer forma, quedava estabelecido na sabedoria médica romana que o aloés servia na cura de úlceras particularmente difíceis, na purificação do estômago, na cicatrização de feridas exteriores, no tratamento de inflamações, e ainda no combate às dores de cabeça e dos males oftálmicos⁹. Como é evidente, todas estas qualidades quedavam estabelecidas empiricamente, sem que existisse a mínima noção acerca das substâncias que conferiam ao aloés os seus poderes curativos.

O DESENVOLVIMENTO MEDIEVAL DA HERANÇA CLÁSSICA

Mais do que o texto de Plínio, foi o de Dioscórides que se viu retomado por autores latinos posteriores, nomeadamente Galeno (130-200), Oribásio (325-403), Aécio de Amida, médico de Justiniano I (527-565), e Paulo de Egina (c. 625-690). As citações nem sempre eram explícitas, sendo que já a partir do século III o autor de Anazarba só raramente era mencionado de forma aberta como fonte. Mas a sua influência estendeu-se indirectamente através de todo o período medieval, no Ocidente, passando por enciclopédias como o *Speculum Naturale* de Vicente de Beauvais (m. 1264), o *De Proprietatis Rerum* de Bartolomeu Inglês (c. 1230), e o *Buch der Natur* de Conrado de Megenberg (c. 1309-1374); por colectâneas de *materia medica*, nomeadamente os *Synonyma Medicinæ* e o *Liber Servitoris*, ambos de Simão de Génova, médico do Papa Nicolau IV (1288-1292); assim como pelos antidotários de Mateus Plateário (m. 1161) e de Rufino (século XIII)¹⁰.

Sabemos através destes e de outros textos que o Ocidente medieval usou – e abusou – do aloés na sua farmacopeia. Aliás, mesmo que assim não fosse, haveria pouco perigo de ele cair no esquecimento, pois encontrava-se referenciado em lugar de destaque num dos textos mais lidos e comentados de todos os tempos, o Evangelho de São João. Aí se recordava que, depois de crucificado, Jesus Cristo fora retirado da cruz por José de Arimateia e o seu corpo envolto em ligaduras de linho tratadas “com uma grande quantidade de perfumes, de

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

mirra e aloés (*mixturam aloes et myrrhae*)” trazidos por Nicodemo, sendo assim sepultado segundo o costume judaico¹¹. Ainda que muitos comentadores afirmassem e ainda afirmem ter-se tratado, na realidade, de lenho-aloés, esta referência bastou por si só para, literalmente, imortalizar as qualidades balsâmicas e anti-infecciosas do aloés¹².

Mas havia também outras alusões e citações, mais vulgares, que mantinham o aloés na memória colectiva do Ocidente. Os livros de medicina e farmacopeia mencionavam a substância recorrentemente. Durante toda a Idade Média, ela seguiu sendo conhecida pela sua virtude laxante e purgativa. De tal modo assim foi que Otão II, Sacro Imperador da Nação Germânica, veio a sucumbir, segundo se diz, de forma pouco heróica depois de lhe ter sido ministrada pelos seus físicos, em 983, uma potente *overdose* de aloés¹³. Com efeito, as farmácias ou boticas (*Apotheken*) alemãs continuaram a vender aloés ao longo dos séculos seguintes, conforme comprovam variadas menções em livros de mezinhas (*Arzneibücher*) do período tardo-medieval¹⁴. Não sabemos de onde vinha este aloés, mas o mais provável é que, na maioria, ele procedesse da região do Mediterrâneo Oriental, onde certas espécies eram endémicas e de onde a sua importação não seria excessivamente complicada. Ainda assim, é possível que as melhores enfermarias se abastecessem também de aloés vindo do Índico¹⁵.

Outras referências, quiçá mais interessantes para a história medieval do aloés, encontram-se nos textos orientais. Por um lado, porque a medicina árabe e persa suplantou, em prestígio e sofisticação, a tradição greco-romana, na qual ela própria se baseou. A obra de Dioscórides, por exemplo, uma listagem relativamente simples de espécies com qualidades medicinais, sem receitas complexas comparáveis às que se desenvolveram na Antiguidade Tardia e durante o período medieval no mundo muçulmano, poucas hipóteses tinha de ser tomada em conta como uma opção séria. Na Itália meridional da alta Idade Média, a escola de Salerno produziu obras de grande influência, como o *Antidotarium Nicolai*, cujo original se perdeu, mas do qual se conhece uma versão associada ao labor de Mesué o Novo (Ibn Masawaiyh, c.925-c.1015), ou ainda o *Regimen Sanitatis Salernitarum*. Autores como Avicenna (Ibn Sina, 980-1037) e Averroés (Ibn Rushd, 1126-1198) desenvolveram obras vastas e complexas com base no legado de Galeno – sendo que o *De*

simplicium medicamentorum deste autor (mais do que o *De compositione medicamentorum*) estava por sua vez largamente baseado em Dioscórides. Por vezes, mesmo o texto do autor de Anazarba era lido em versões árabes, como por exemplo o *Al-Tasrif* de Abulcasis (Abu al-Qasim, 936-1013) que esteve na origem de “retroversão” latina do acima citado Simão de Génova.

Em suma, à sabedoria relativamente simples de Dioscórides e Plínio, vieram juntar-se durante mais de um milénio tratados altamente sofisticados cuja autoridade só viria a ser posta em causa novamente pela “redescoberta” das obras de Hipócrates e Dioscórides no Ocidente a partir do século XV e pelo fulgurante sucesso deste último autor ao longo do século XVI¹⁶. Fazer a história do aloés nos textos medievais seria matéria para outros estudos. Mas a seu tempo voltaremos, ainda que tangencialmente, a esta problemática, visto que ela nos leva directamente a um dos autores renascentistas portugueses mais importantes, Garcia da Orta.

O APARECIMENTO DO ALOÉS SOCOTORINO

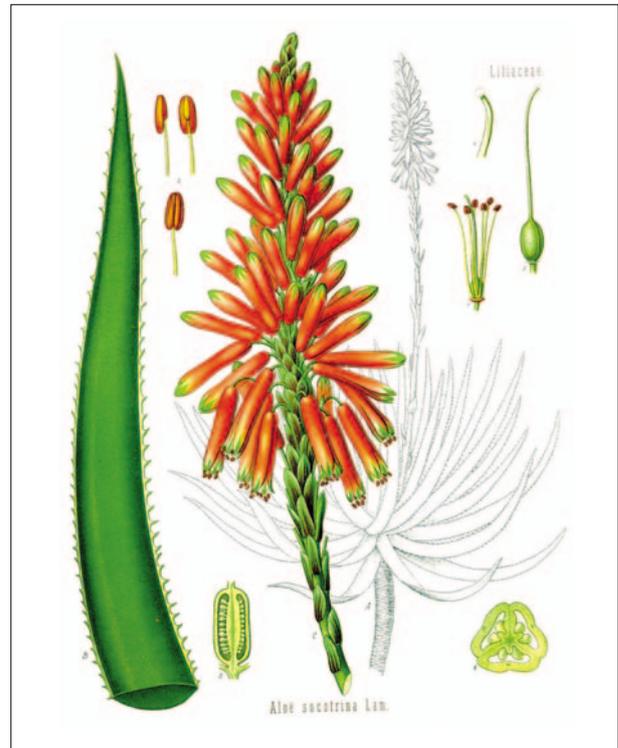
Uma das razões pelas quais os textos árabes e persas são particularmente interessantes para a história do aloés (*as-sabr* ou *as-sebar*) na Idade Média é que eles, pela primeira vez, nos fornecem pistas claras sobre o âmbito geográfico da produção dessa matéria. Enquanto os autores romanos ainda se cingiam a uma genérica menção da “Índia” e da “Arábia”, os autores árabes e persas confirmam uma hipótese que já para a Antiguidade Clássica parece viável, mas para a qual nessa época não existem provas positivas. Falamos do lugar que veio a dar o seu nome à variedade mais famosa e apreciada do aloés, o socotorino ou, em latim, a *Aloe succotrina*: a pista em questão leva-nos directamente à ilha de Socotorá, importante ponto de passagem no comércio que ligava, através do mar Vermelho e do estreito de Bab-el-Mandeb, o Ocidente ao Oriente, os impérios do Mediterrâneo à Índia e ao mundo chinês¹⁷.

Segundo a opinião generalizada dos autores não só medievais, como também modernos, Socotorá, hoje parte da República do Iémen e designada de *Suqutra*, produzia nem mais nem menos do que o melhor aloés do mundo: “*le meilleur aloe qui soit au monde*”, nas palavras de um autor da época barroca¹⁸. Esta ilha, de aparência árida mas dotada de uma flora riquíssima

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

que faz as delícias de qualquer botânico, fora durante a Antiguidade conhecida acima de tudo pela sua produção de incenso, solidamente enraizada numa flora local que incluía pelo menos oito espécies de *Boswellia*, desde a *Boswellia ameero*, *elongata* e *popoviana* até à *Boswellia socotrana*¹⁹. O *incensum* ou, mais propriamente, o *tus*, era um bem de luxo de primeira importância no comércio marítimo da Antiguidade, pois era queimado em enormes quantidades nos templos do Egipto antigo, da Grécia clássica e da Roma imperial²⁰. Diria assim Teofrasto, na sua *Historia Plantarum*, redigida no seguimento da expedição de Anaxícrates desde o Egipto até Cane no Hadramaute, que o incenso “se criava mais agradável na Arábia, mas mais belo nas ilhas adjacentes” – ou seja, em Socotorá²¹.

Mas a história do *tus*, hoje produzido principalmente nas regiões orientais do Iémen, não é para aqui chamada senão para dizer que, provavelmente, a exportação do incenso socotorino preparou o terreno para a exportação em grande escala do aloés da mesma ilha. Não sabemos em que momento exacto o aloés de Socotorá apareceu nos mercados, mas é provável que tenha sido ainda antes do final da Antiguidade. Embora as fontes não incluam menções explícitas ao aloés nessa época, é preciso ter em conta que as informações de que o geógrafos do Ocidente dispunham eram fragmentárias e alvo de alguma manipulação. Os primeiros textos que se referem explicitamente a Socotorá, então denominada de *Dioscorides* ou *Insula Dioscurida*, datam ainda do período áureo de comércio oriental greco-romano: são eles o *Periplus Maris Erythraei*, a *Naturalis Historia* de Plínio, ambos dos finais do século I, e a *Geographia* de Cláudio Ptolemeu, já do século II²². Em tais textos, a ilha nunca aparece como produtora de bens verdadeiramente importantes, mas isso sucedia provavelmente porque ela se encontrava sob dependência política e comercial face a um reino da Arábia relacionado pelos historiadores com o porto de Samarum no actual Dhofar (Sul do Omão), sendo que o trato da ilha estava então arrendado em regime de monopólio²³. A história das plantas, por mais curiosidade que suscitasse em Roma ou noutros lugares do Ocidente, nada podia alcançar face aos factos puros e duros da política comercial²⁴. Ainda Cosme Indicopleustes, erudito grego de Alexandria que viajou pelo Índico nos anos de 523-525, não teve por digno de menção nem o incenso, nem o aloés de Socotorá²⁵. Mas para ele, evidentemente, a notícia mais importante a dar



A *Aloe succotrana* na *Medizinal-Pflanzen* de Franz Eugen Köhler (Gera, 1883-1914).

era a de que os habitantes da ilha se haviam convertido ao cristianismo, o que constitui o início de uma outra história ainda.

É, portanto, em fontes de épocas mais recentes que encontramos os primeiros sinais da história do sucesso do aloés de Socotorá. Três séculos e meio depois de Cosme Indicopleustes, a geografia comercial do Índico tinha novos centros, entre os quais Baçorá e, na costa iraniana do Golfo Pérsico, uma cidade cujas ruínas apenas foram reencontradas no século XX, Siraf. Assim, por volta de 916, um curioso em geografia, Abu-Zayd al-Hasan, mencionava, no apêndice a um relato de viagem escrito por um certo Sulayman algumas décadas antes, a ilha de *Usqutra* e, nela, a produção do aloés²⁶. Sendo embora uma notícia breve, esta menção vem, entre outras coisas, apoiar uma hipótese esboçada por Nina Pigulewskaya, segundo a qual o comércio da Síria e da Mesopotâmia com a Arábia meridional e com Socotorá teria florescido, pelo menos ao longo dos séculos V a VIII, a despeito das rupturas políticas vividas mais a Ocidente com a queda de Roma²⁷. Quiçá até poderá ter sido um suco de aloés vindo de Socotorá através das antigas rotas de Bizâncio que deu o golpe de misericórdia a Otão II.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

O que é certo é que, mais do que o século I, foi o século X que trouxe uma verdadeira torrente de informações, na maioria em língua árabe, sobre Socotorá, a sua história e os seus produtos. Dois dos maiores geógrafos muçulmanos, al-Masudi e al-Hamdani, debruçaram-se nessa época sobre Socotorá. Ambos (o primeiro numa obra cujo título é habitualmente dado erradamente como “Os prados de ouro”, e o segundo na sua “Descrição da Península Árabe”) afirmariam que a ilha de Socotorá dera o seu nome ao “aloés socotorino” (*as-sabr suqutri*)²⁸.

Com a descrição de al-Masudi, inicia-se na literatura geográfica islâmica um ciclo particularmente interessante, porque marcado por uma algo bizarra associação de Socotorá não só ao aloés mas também, em simultâneo, a uma suposta conquista da ilha por Alexandre Magno. Como é sabido, a vida do conquistador macedónio constituiu o objecto de uma vasta tradição literária e oral após a sua morte em 323 a. C., levando à criação de inúmeras versões diferentes do “Romance de Alexandre”, originalmente criado em versão epistolar na Antiguidade clássica. Em algumas versões dos tempos áureos da expansão comercial muçulmana, a “Vida de Alexandre” veio a incluir um capítulo inteiro dedicado a Socotorá. Resumindo a história, al-Masudi relatava que Alexandre teria ouvido falar da ilha e do seu aloés, e que teria mandado colonizar a ilha por gregos que assegurassem a sua exploração. Cerca de um século mais tarde, al-Idrisi redigia para Rogério II da Sicília o seu *Opus Geographicum* e dava da história a seguinte versão detalhada: “depois de ter vencido o rei dos persas, de ter conquistado com a sua frota as ilhas índicas, e de ter morto o rei [Poros] da Índia, Alexandre recebeu do seu mestre Aristóteles o conselho de procurar a ilha que produz o aloés”. Depois de várias outras conquistas e aventuras, Alexandre teria empreendido uma viagem desde a Índia até à costa do Omã, aportando por esta ocasião à ilha de Socotorá, “cuja fertilidade e cujos bons ares admirou”. Teria então escrito a Aristóteles e este, nas palavras de al-Idrisi, “aconselhou-o a deportar os habitantes da ilha para um outro país, substituindo-os por gregos a quem se deveria dar por ordem que continuassem a cultivar a árvore do aloés [...] Alexandre fez então o que se lhe pedira: expulsou os habitantes originais de Socotorá,

estabeleceu na ilha uma colónia de Jónios, a quem ordenou que cuidassem sem cessar da manutenção e do cultivo do aloés, o que eles fizeram. E estes colonos ficaram sob a protecção deste príncipe e dos seus sucessores, juntando grandes riquezas”²⁹. Segundo al-Masudi, a maioria destes colonos teria vindo da cidade natal de Aristóteles, Stagira³⁰.

Como é evidente, esta narrativa baseia-se em boa parte em fantasias anacrónicas, embora não esteja excluído um fundo de realidade, relacionado com a expansão comercial do Egipto ptolemaico nos dois séculos que se seguiram à morte do conquistador Macedónio³¹. Alexandre – isso é certo – nunca esteve na Arábia meridional, embora mostrasse interesse pelo controlo da região³². Mas a existência de tal lenda e o seu florescimento na Alta Idade Média é em si mesma muito significativa, porque reforça a ideia de que Socotorá, ilha famosa pelo seu aloés e pela sua população considerada cristã, viveu um momento áureo da sua história entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, antes de cair no quase esquecimento de que falaremos adiante. Al-Idrisi mencionava aliás que o melhor aloés não se obtinha nessa época nem no Hadramaute, nem no Iémen, nem em nenhuma outra parte se não a própria ilha de *Suqutra*. Segundo al-Idrisi, as folhas da planta eram cortadas em Julho de cada ano – o que corresponde às práticas actuais – sendo depois postas a secar ao sol antes de serem cozidas e o seu suco vendido no mês de Agosto³³.

Apesar da fama relativa de que gozava, Socotorá só raramente era visitada por homens de letras, e o seu aloés ficava assim envolto de um certo mistério. Até mesmo Ibn al-Mudjawir (século XIII), um dos poucos geógrafos que estiveram de facto na ilha, apenas apontou: “existe aí um rio que traz muito peixe para o mar [...] regando plantas de aloés e árvores de sangue-de-dragão”³⁴. Tais notas não eram, afinal, mais circunstanciadas do que aquilo que se sabia na distante China pela mesma época. No *Zhu fan zhi* 诸蕃志 (Registos dos Vários Países Estrangeiros), de Zhau Rukuo 赵汝适, fala-se numa grande ilha situada ao largo da Somália, onde se produz o sangue-de-dragão e o aloés (*lu wei* 芦苇, derivado provavelmente do persa *alwa*)³⁵. Mais adiante na mesma obra, descreve-se até, muito sumariamente, a fabricação deste produto: “ele é feito a partir de uma planta que se assemelha à cauda do camarão grande. Os indígenas recolhem-na e trituram-na com utensílios feitos de jade; depois,

O mar Árabe. Pormenor de um mapa incluído no *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost Ofte Portugaels Indien*, de Jan Huygen van Linschoten.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

[o suco] é fervido até ficar uma substância oleosa e ser embalada em sacos de pele; e a isto se chama *lu-weï*.” Ao mesmo tempo, é também de notar que, para o autor chinês, um local, se não mesmo o principal, onde se podia comprar o aloés, não era tanto em Socotorá, mas sim no país de Nu-fa [Dhofar] da região de Ta-shi – ou seja, tal como nos tempos de Cosme Indicopleustes, a terra firme da Arábia meridional³⁶. Será esta a razão pela qual, na mesma época, Marco Polo e, já no final do século XV, o geógrafo Ibn Madjid, ao falarem de Socotorá nada dizem do aloés?³⁷ Uma coisa apenas é certa: inúmeras referências e descrições dos séculos XVI e XVII comprovam que a produção de suco de aloés para exportação estava perfeitamente enraizada na cultura socotorina. O que é possível é que a navegação comercial europeia tenha trazido um novo alento a um ramo económico decadente, mas a quantificação de tais fenómenos não está ao nosso alcance.

O ALOÉS DE SOCOTORÁ NA ÉPOCA MODERNA

Tal como na Idade Média, o produto mais conhecido e procurado de Socotorá foi, na Idade Moderna, o aloés. A sua fama estava solidamente estabelecida, pelo que, também vice-versa, o aloés mais famoso e apreciado continuava a ser o de Socotorá – pelo menos ao longo dos séculos XVI e XVII. Na fórmula elegante de João de Barros, Socotorá “dá o melhor oloés que se sabe, donde geralmente todo por razam do nome da ilha se chama Çocotorino”³⁸. Tomé Pires fora o primeiro autor português a referir, pouco depois de 1510, que o “aloes caetorino” estaria à venda no porto de Ádem³⁹. Depois, o rol dos autores que referem o aloés na própria ilha de Socotorá estende-se desde Tomé Pires, Duarte Barbosa e Andrea Corsali nos anos 1510 até aos autores norte-europeus do século XVIII, passando por cronistas como Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, e ainda numerosos geógrafos, comerciantes e outros aventureiros. Em 1620, Pieter van den Broecke, capitão da recém-criada companhia neerlandesa das Índias Orientais (VOC), relatava para os seus superiores em Amesterdão, atentos a todas as possibilidades de comércio que lhes iam surgindo pelo Índico fora, que o aloés de Socotorá era tido pelo melhor de todo o Oriente, sendo exportado para todos as regiões⁴⁰. Ainda na segunda metade desse século, Carsten Niebuhr, viajante e explorador alemão

ao serviço da coroa dinamarquesa, referia que a ilha era conhecida pelo excelente aloés que nela nascia⁴¹.

MÉTODOS DE EXTRACÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ALOÉS EM SOCOTORÁ

Algumas descrições desta época permitem visualizar com bastante colorido e vivacidade a cultura e o modo de extracção deste produto pelos socotorinos. Nas palavras de Constantin de Renneville, baseadas no relato de Pieter van den Broecke, “*l’Azabar ou la Sempervive [...] est une plante qui est de la hauteur d’un homme, si bien de loin ont prenoit pour un terrain couvert d’hommes les champs qu’on en voioit rempli. C’est cette même herbe dont on fait dans l’Isle de Sacotara, ou Zocotara, l’aloes qu’on nomme Sacotorin, Succotrin*”⁴². Prossegue aí Walter Peyton, que visitou Socotorá no âmbito da 12.ª expedição da Companhia Inglesa das Índias Orientais (EIC), decorrida entre 1612 e 1613: “*they cutt the topps and rootes [of the Sempervive] awaye, and press the Juice out of the beste leaues and boyle it to a certaine height, then being putt into earthen pottes and stopped very close from the ayre (in which manner it standeth eight whole months) is become perfect Alois Suckatrina and is put into smale skinns merchandable to sell*”⁴³.

Ainda recentemente, os métodos artesanais para a extracção do suco de aloés mantinham-se fiéis à antiga tradição. Sendo embora possível que por vezes se usassem processos mecânicos de prensagem, conforme referia Walter Peyton, a técnica mais simples segue sendo um processo descrito em finais do século XIX por Theodore e Mabel Bent. Para recolher o suco do aloés, os socotorinos faziam no chão umas covas pouco profundas, que revestiam com peles de cabra. Depois, empilhavam as folhas cortadas do aloés, com as pontas viradas para fora, em torno dos buracos, construindo assim “cúpulas” de cerca de um metro de altura. As folhas iam então cedendo o suco suavemente, sob a pressão do seu próprio peso. O produto bruto desta operação, bastante liquefeito, era designado de “aloes aguado” (*taif riho*, em socotri, sendo que *riho* significa água); era colocado em sacos de pele e, em parte, vendido sem mais tratamento para a Arábia meridional – provavelmente para ser aí submetido a outros tratamentos como a decocção. Outra parte era engrossada durante várias semanas ao calor do sol, sendo designado de *taif kasahul* ou, em

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



O aloés, tal como foi representado por Cristóvão da Costa in *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* (Burgos, 1578).

árabe, de *sabar*. Era este o produto que, segundo um testemunho que abre uma janela para toda uma outra história ainda inteiramente por contar, se exportava nos tempos áureos do império britânico directamente para Londres⁴⁴. Segundo os Bent, haveria também certas “gotas” maiores de suco que se separavam por inteiro das folhas, com a ajuda de um pequeno golpe de faca, sem se liquefazerem, sendo conhecidas pelo nome de *edab amsello* e particularmente apreciadas pela sua grande qualidade⁴⁵. Estas gotas poderiam logicamente cair no chão de maneira imprevisível, pelo que faz todo o sentido a menção de Plínio, segundo a qual se devia bater a terra em torno da planta para que o precioso líquido não fosse absorvido⁴⁶. Curiosamente, Garcia da Orta afirma que a erva-babosa “nam tem goma, senam algumas vezes, polas folhas, chora alguma agua viscosa, de que se nam usa, nem faz caso”⁴⁷.

Uma questão que se coloca é, evidentemente, até que ponto a excelência do aloés de Socotorá andava de mãos dadas com uma estratégia local consciente para a optimização económica e comercial. À primeira vista, a produção parece ter sido muito grande, tendo dominado os mercados internacionais durante séculos a fio. Segundo D. João de Castro, o aloés era “em grande copia” na ilha⁴⁸. E o capitão inglês William Finch especulava mesmo, em 1607: “*Of Aloes, I suppose they*

could make yearely more then Christendome can spend, the herbe growinge in great abundance ...”⁴⁹. Com efeito, Linschoten afirmava existir “muito aloés em Cambaia, Bengala e outros lugares, mas é na ilha de Socotorá [...] que há maior quantidade, e da melhor qualidade. É mercadoria que se leva à Turquia, à Pérsia, à Arábia, e também à Europa, pelo que a ilha é muito estimada”⁵⁰.

Contudo, a produção efectiva de aloés nunca foi muito grande. Em 1614, um observador próximo de Nicolas Downton, talvez mais rigoroso do que os outros por ter seguido de perto as negociações para a compra do aloés, notou: “*Twoe tun is the moste it will yeald in a yeare*”⁵¹. Duas toneladas era matéria para purgar muitos intestinos, mas não era – mesmo que na realidade fossem mais algumas – uma quantidade suficiente para abastecer os grandes mercados do mundo. O facto espanta quando olhamos para a fama do produto no Ocidente e Oriente e as possibilidades que provavelmente teria havido em desenvolver um ramo económico pujante com base na produção de aloés assim como do incenso e de outras drogas que aí crescem sem requerer grandes cuidados. No entanto, um olhar sobre os miseráveis indicadores económicos actuais da ilha deixa adivinhar que o que faltava era principalmente uma vontade firme em explorar o potencial produtivo de Socotorá.

Havia certamente alguma falta de coordenação entre produção e comercialização, visto que os principais portos marítimos de Socotorá foram sendo conquistados, a partir de 1480, pelos xeques de Caxém (Kishn) no Sul da Arábia, ao passo que o interior continuou povoado pelos socotorinos considerados “cristãos”⁵². Sabemos porém que, já no século XVII, o aloés era recolhido por escravos africanos, vindos provavelmente da costa suaíli, ao serviço dos xeques de Caxém, e não – ou não apenas – por socotorinos de raiz⁵³. Pode, portanto, afirmar-se que os fartaquis revelaram um interesse crescente pela produção desta substância, mas que ao mesmo tempo não conseguiram transformá-lo num verdadeiro motor para a economia da ilha, cada vez mais decadente. Segundo certos autores do século XVI, vendiam-se grandes quantidades de aloés supostamente socotorino, mas de proveniência discutível, no porto de Caxém⁵⁴. Trata-se de uma situação que parece ter perdurado até ao século XIX pelo menos, tal como acontecera antes com o incenso. Além disso, a verdade é que a própria procura do produto em Socotorá não parece ter sido suficientemente forte

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

nem para incentivar uma produção maior, nem para permitir uma subida dos preços das resinas em geral, relativamente baixos durante todo o século XVI⁵⁵.

É difícil, com base nos trabalhos até agora realizados, estabelecer quando e porquê exactamente o aloés de Socotorá veio gradualmente a desaparecer dos mercados internacionais. Recorde-se que, apesar de tudo, uma faraçola de aloés socotorino custava em Calicute, em inícios do século XVI, oito fanões, aproximadamente o mesmo que a da noz-moscada (10-11 fanões)⁵⁶. Muito provavelmente, houve mais altos e baixos do que suspeitamos e é até possível que, na realidade, a decadência definitiva só tenha chegado com o final do século XIX. Nessa época, Henry Forbes via ainda hipóteses de reavivar a produção e o comércio desta substância e escrevia: “*a really good Sokotrine aloes has long been a desideration in the market*”⁵⁷. Simplesmente, depois disso nada se fez. A concorrência de outras zonas produtoras de aloés foi decerto decisiva neste processo. Ao longo de toda a época moderna, o aloés de Socotorá sofreu uma concorrência crescente de outras espécies do mesmo género, plantadas noutras regiões no âmbito da globalização dos mercados produtores. A produção do aloés difundiu-se, desde finais do século XVII, para novas áreas, onde aumentou em escala. Foi assim que chegou à ilha de Barbados, onde se veio a cultivar a *Aloe vera*, Linn., originária da África setentrional (primeira menção no mercado londrino em 1693), e as regiões do Cabo (1780) e Natal (1870)⁵⁸. Mas a esta questão regressaremos, ainda que brevemente, mais adiante. Por agora, voltemo-nos novamente para o mundo dos livros e dos autores que, sem nunca terem posto os pés em Socotorá, tentaram descrever as origens geográficas do aloés e as suas qualidades medicinais.

AS ORIGENS GEOGRÁFICAS DO ALOÉS
SEGUNDO OS BOTANISTAS DOS SÉCULOS
XVI-XVIII

Conforme acontece com outras espécies orientais, o aloés foi estudado e descrito de forma incisiva por Garcia da Orta, autor que viveu desde 1534 em Goa, num dos seus *Colóquios dos simples e das drogas* (impressos em 1563)⁵⁹. Entre os aspectos mais inovadores deste texto encontra-se a forma como a erudição clássica e medieval se associa e é posta em relação com a experiência do autor e dos seus informadores. O dispositivo discursivo montado por Orta impressiona desde logo pela ênfase

posta não tanto na etimologia, mas sim na variedade de nomes usados em simultâneo nas várias regiões da Ásia: “*aloes* ou *aloe* he latino e grego, e os Arabios o chamão *cebar*, e os Guzarates e Decanins *areá*, e os Canarins [...] *catecomer*, e os Castelhanos *acibar*, e os Portugueses *azevre*” – provavelmente pronunciado *azebré*⁶⁰. Mais, Orta acrescenta que se informou junto de “Coje Perculim”, língua e secretário dos governadores de Goa que havia entrado na órbita portuguesa por ocasião da cessão de Baçaim em 1534, sobre o nome usado nas línguas persa e turca. Em ambas as línguas era *cebar*, isto é, *as-sebar*⁶¹. Pode recordar-se aqui, a este respeito, que em França era também corrente a designação como *herbe du Perroquet*, ou seja, “herva do papagaio”, devido à sua cor perenemente fresca e verde⁶². Esta servia de resto, também, de propósito a outro nome muito comum, o de *sempervivum* ou *semperviva*.

A grande dúvida que se punha era, no entanto, se existiam diferentes espécies de aloés, se a qualidade do seu suco era diversa e se estas diferenças se podiam definir em termos geográficos. Havia em tal curiosidade, como é óbvio, um misto de preocupações intelectuais e comerciais. Aliás, devemos desde já confessar que não nos foi possível destringir de forma satisfatória o imbróglio que de seguida descrevemos. A confusão em torno da questão remontava provavelmente ao próprio Dioscórides, cujas traduções por Ruélio (1516) e Mattiolo (1544) tiveram um impacto profundo sobre a farmacopeia da Europa renascentista⁶³. Recorde-se que, segundo esse autor, existiriam “dois géneros” do suco de aloés, um “purificado” com “a cor da areia”, e outro com a “cor do fígado”; um pouco mais adiante no texto, porém, afirmava-se ser preferível o aloés “gorduroso, de aspecto não arenoso, reluzente, amarelado, fácil de reduzir em pó, como o fígado”; por contraste, “o outro, negro e rijo” seria de evitar (cf. acima).

Durante a Idade Média, desenvolveu-se por um lado a ideia (não totalmente falsa, como veremos) de que as várias qualidades poderiam provir de espécies e de lugares diferentes. Esta tese encontra-se já semiexplícita em Galeno, que afirmava ser melhor o aloés do Índico que o da Síria – mas também deixava subentender que a boa qualidade se relacionava com o calor mais intenso daquelas regiões⁶⁴. Seguindo este tipo de lógica geográfica – embora não aplicando com rigor a teoria da temperatura – Tomé Pires afirmaria que o melhor aloés seria o de Socotorá, o segundo melhor o de Espanha (Valença), e o pior o de Ádem e de Cambaia⁶⁵. Por

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

outro lado, segundo uma outra corrente de opinião, a mesma espécie botânica produziria dois ou três tipos de suco diferentes, os quais se separariam uns dos outros em camadas distintas se fossem deixados a repousar. O melhor e mais claro seria o que ficava por cima, ao passo que o mais ruim e escuro assentaria no fundo do recipiente. Por cima de tudo e, portanto, à luz do sol ficava o aloés mais claro, apresentando uma cor vermelha-amarelada como a do açafraão, o chamado *succotrinum*; a meio, ainda translúcido mas de colorido parecido com o do fígado, o chamado *hepaticum*; em baixo, o pior de todos, negro e malcheiroso, apelidado de *caballinum* por servir como mezinha para os cavalos⁶⁶.

Esta tese ligava-se aliás à teoria das diferenças geográficas de forma curiosa, através de uma confusão de étimos: sendo o suco melhor e mais claro, ligeiramente amarelado, chamado em latim de *succocitrinum* e em português e castelhano de “suco cetrino”, este parecia ser por essência “socotorino”⁶⁷. Mas, curiosamente, muitos autores alemães ainda viam a origem geográfica do aloés na Grécia. Para mais, a melhor variedade de suco de aloés seria para alguns autores precisamente a segunda, e não a primeira. Isto sucedia, muito provavelmente, porque a “consistência” hepática, tão apreciada por Dioscórides, era confundida com a “cor” hepática⁶⁸. Esta teoria refinada em excesso era fruto de uma vontade exagerada de conciliar as teses de outros autores. Nada que admire, vista a confusão que reinava em torno da questão. Andrea Mattiolo, por exemplo, afirmava, inspirado mais directamente por Dioscórides, que o suco do aloés colhido na Arábia e na Ásia se dividia em dois estratos, um *cabalinum* e outro *succocitrinum*, sendo este avermelhado ou da cor do fígado, “e também” da consistência desse órgão. Ao mesmo tempo, Mattiolo omitiu simplesmente a coloração amarelada, como se todo o aloés fosse vermelho⁶⁹.

Perante este panorama desconcertante, Orta tentou impor ordem argumentando que “não são duas, nem tres especies, como dizem os doctores, senão huma só ...”. Em suma, “somente ay bom e mau” aloés, mas ambos são provenientes da mesma planta, apelidada em português de erva-babosa, devido ao líquido que ia perdendo. A qualidade do suco variaria assim não em função de diferenças na espécie, mas das vantagens e desvantagens de cada lugar onde se produzia e do cuidado com que se recolhia. O mau aloés seria, essencialmente, fruto de uma recolha pouco atenciosa, em que o suco se misturava por descuido com

impurezas, nomeadamente ervas e areia. Sendo assim, seria teoricamente possível que houvesse bom aloés em qualquer lugar de clima e solo favorável.

Mas, conforme admitia o próprio Orta com base em testemunhos colhidos junto de mercadores e físicos de origem persa e turca, servidores dos sultões de Ahmadnagar, o melhor aloés seguia sendo o de Socotorá, sendo até quatro vezes mais caro do que os outros, porque “nelle as parte se juntavão bem humas com outras”, o que constitui, portanto, um julgamento sobre a textura do produto, mais do que sobre a cor. Mais, Orta acabaria mesmo argumentando que praticamente todo o aloés de melhor qualidade que circulava pelos diversos mercados (Diu, Ormuz, Jidá, Alexandria, etc.) seria na realidade originário de Socotorá: visto ser de boa qualidade, e visto que a ilha em si não tinha grandes portos comerciais, ele seria objecto de reexportação em vários lugares – “porque quem diabos compra, diabos vende”⁷⁰.

Muitos autores continuaram a considerar durante o século XVII, na senda de Orta, que todo o aloés medicinal provinha de uma única espécie (a *Aloe vera major*) e que o suco desta planta se dividia em três sortes (*succotrinum*, *hepaticum*, *caballinum*). Era uma arrumação confortável. Alguns autores acrescentavam à lista uma quarta qualidade, apelidada de *lucidana*. Mas esta, conforme esclarece John Ray em 1686, era por muitos outros vista como sendo idêntica à *succotrina*⁷¹. No entanto, e como seria de prever perante a existência de mais de 300 espécies de aloés, as confusões continuaram. Ray, por exemplo, afirmava que a *Aloe succotrina* era da cor e da consistência do fígado, sendo quase transparente, ao passo que a *hepatica* seria também dessa cor e consistência, mas opaca, menos pura e um tanto ou quanto “citrina” na coloração – ou seja, a cor acitrinada antes atribuída à *succotrina* passava agora precisamente para a *hepatica*⁷².

Pela mesma época surgiu com crescente nitidez a ideia de existir mais do que uma espécie de aloés. Mas o caminho entre o “regime do aloés único”, defendido por Garcia da Orta em 1563, e o actual catálogo de espécies definido pela botânica dos séculos XIX e XXI, foi particularmente longo e complexo. Significativamente, a diversificação protagonizada pelo botanistas começou, ainda no século XVI, com um erro crasso. Poucas décadas depois do aparecimento dos *Colóquios dos simples* em Goa, Francisco Hernández escrevia que o aloés euro-afro-asiático (*Aloe vulgaris*) se distinguia

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

claramente de um outro, a que ele chamava americano (*Aloe americana*)⁷³. A observação era decerto perspicaz. Simplesmente, a espécie visada não era uma aloídea, mas sim uma agavácea, conhecida hoje como *Agave americana*⁷⁴. Ora, este erro só se descobriu muito mais tarde. Ao longo dos séculos seguintes, começaram a fazer-se distinções cada vez mais finas, incluindo no catálogo das aloídeas certas agaváceas do Novo Mundo. Era este o caso do famoso Abraham Münting que publicou, em 1698, uma *Aloidarum historia*⁷⁵. Mas também era o caso de autores menos celebrados, como Moritz Hoffmann (Mauritius Hoffmannus) e Ludwig Jüngermann (Ludovicus Jungermannus), ambos activos em meados do século XVII. Conforme citava ainda em 1723 Johann Schulze, estes autores distinguiam sete espécies, a saber, *Aloe americana*, *Aloe vulgaris*, *Africana laevis maculata*, *Africana tricolor flore rubro*, *Africana caulescens*, *Africana margaritifera* e *Africana fol. triangulari*⁷⁶. Visto que nenhuma planta especificamente socotorina aparecia nesta classificação, subentende-se que a *vulgaris* seria, como o nome indica, a mais vulgar na Europa e na Ásia, incluindo na ilha que lhe dava o nome mais corrente. Esta espécie era, aliás, considerada mais amarga no sabor do que a *americana*⁷⁷.

Uma das soluções para evitar todas estas complicações era tentar ir direito ao bom aloés seguindo conselhos mais simples, saudavelmente distanciados das discussões dos grandes autores de botânica e farmacopeia. Assim, Pieter van den Broecke escreveria, pragmático e confiante no poder sugestivo das suas palavras (aqui na bela tradução francesa de Constantin de Renneville, de 1725): “*On reconnoît qu’il est bon quand il est gras, sans ordure, sans sable & sans petites pierres; qu’il est d’un roux clair & luisant, ou d’un jaune chargé; qu’il est solide & compacte; qu’il font aisément, & qu’il a de l’amertume au goût*”⁷⁸. Uma vez em Socotorá, o viajante reconheceria o aloés de boa qualidade ao olhar para a sua cor, ao tomá-lo nas mãos e certamente ao confiar um pouco no seu instinto.

Mas longe do terreno, nas cidades onde os livros se escreviam, editavam e discutiam, as coisas tornavam-se irremediavelmente complexas. Numerosos autores tentavam encontrar compromissos para conjugar a existência do aloés em várias regiões com a teoria das “três qualidades”, associando a cada qualidade uma região e/ou espécie autónoma: em 1723, Johann Heinrich Schulze considerava que a *Aloe succotrina* e a *caballina* vinham, ambas, apenas de Socotorá, ao passo

que a *hepatica* seria colhida doutra espécie, existente na China⁷⁹. Quanto a outras regiões de Ásia e África, o autor exprimia sérias dúvidas, ao que parece devido ao facto de não possuir nenhuma notícia fiável⁸⁰. Em 1785, Karl Thunberg, por sua vez, escreveria que a *Aloe succotrina* provinha de Socotorá, a *hepatica*, mais escura e impura, de Barbados, e a *caballina* de outras partes⁸¹. Note-se que por esta época já a ilha de Barbados produzia uma boa quantidade de suco de aloés, aparentemente a partir da espécie que actualmente se apelida de *Aloe vera*. É, portanto, possível ou mesmo provável que as mudanças de opinião dos autores ao longo dos séculos XVI a XVIII estivessem associadas, de forma complexa, à evolução da geografia comercial do aloés e nomeadamente à transferência de parte da produção do Índico para a região atlântica.

Aliás, as confusões não se esgotam por aqui. Numa obra editada em 1697, Johannes Commelinus (Jan Commelin, 1629-1692) descreveu, baseando-se numa planta de aloés que existia no Jardim Botânico ou Medicinal de Amesterdão, aquilo que imaginava ser a espécie originária de Socotorá. Nas suas palavras, ela era a *Aloe Succotrina Angustifolia Spinosa flore purpureo*⁸². Ora, foi esta a espécie que outros autores posteriores, nomeadamente Philip Miller (1691-1771), consideraram ser “o aloés verdadeiro”, apelidado portanto de *Aloe vera* (o aloés de Barbados era, para Miller, *Aloe barbadensis*)⁸³. Lineu (Carl von Linné; 1707-1778) nomearia essa mesma espécie como *Aloe succotrina*, apelidando a espécie de Barbados de *Aloe vera*⁸⁴. Lamarck (1744-1829), por sua vez, estaria de acordo com Lineu sobre a *Aloe succotrina*, mas preferiria chamar a de Barbados de *Aloe vulgaris*⁸⁵. De qualquer forma, todas estas identificações eram falsas. Conforme se descobriu mais tarde, a planta observada por Commelin em Amesterdão não provinha de Socotorá, sendo antes originária da região do Cabo⁸⁶. Era, aliás, precisamente esta espécie que havia sido transplantada, com enorme sucesso, para Barbados. Desta forma, a designação botânica lineana, *Aloe succotrina*, acabou por ficar associada a uma espécie originalmente sul-africana e depois espalhada em Barbados – espécie essa que, por ironia da história, em muito contribuiu para o declínio da cultura do aloés em Socotorá.

Mas então qual era, afinal, a espécie originária de Socotorá? Na verdade, eram várias, mas a principal – e também a que dava o suco de melhor qualidade – era uma planta que só ficou devidamente identificada na

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

seqüência das expedições britânicas de finais do século XIX. Entre 1878 e 1880, Wykeham Perry, Jeremias Collins e Bayley Balfour trouxeram para os jardins botânicos do Reino Unido exemplares de uma espécie endêmica de Socotorá, mais pequena que a *Aloe succotrina* (que cresce na ilha como em tantas outras regiões do Índico), mas oferecendo um suco de qualidade sensivelmente superior. Esta espécie, que observaram ser a mais frequente nas encostas calcárias de Socotorá até uma altitude de cerca de mil metros, parece, afinal, ser a chave para o mistério da qualidade excepcional do aloés socotorino⁸⁷. É caso para dizer que mais vale tarde do que nunca. Finalmente, esta espécie entrou nos anais da botânica moderna com o nome de *Aloe Perryi*, em honra do botanista que, após séculos de um tactear desajeitado de centenas de droguistas e botanistas, se dignou ir para o terreno a ver como eram as coisas na realidade mais distante da erudição livresca⁸⁸.

USOS MEDICINAIS DO ALOÉS
NA ÉPOCA MODERNA

Resta-nos tecer algumas considerações, ainda que muito breves, sobre os usos do aloés na farmacopeia desde o Renascimento até ao Iluminismo. A matéria é por extremo complexa, embora também houvesse quem, na Época Moderna, conseguisse simplificar as coisas. Nas palavras do capitão da VOC Pieter Van den Broecke, “*c’est un remede contre le scorbut. Il purge la bile & la pituite, & est fort bon pour l’estomac*”⁸⁹. Segundo outro viajante neerlandês, Jan Huyghen van Linschoten, “[o aloés] alivia toda a obstipação, e consome as humidades cruas, agindo contra a podridão; além disso, fortalece o estômago, e é reforçado [na sua acção] se se lhe juntar canela, maçã e noz muscada”⁹⁰. Regra geral, a aplicação mais comum e popularizada do aloés seguia sendo aquela que visava laxar e purgar os intestinos. Nos países germânicos, um dos medicamentos mais conhecidos (uma espécie de “aspirina” do século XVI) eram as “pílulas de Frankfurt” (*Frankfurther Pillen*). Dizia-se que o conde de Tilly, general das tropas imperiais na Guerra dos Trinta Anos, teria pago 300 *Reichsthaler* – uma soma muito considerável naqueles dias – para saber a sua receita. Algumas décadas mais tarde, aliás, um botanista do Norte da Alemanha revelava a receita aos seus leitores nos seguintes termos:

“Toma-se da melhor *Aloe Succrotina* [sic] tanto quanto se quiser; esfarela-se e cobre-se com quatro

dedos de água de violetas; põe-se em lugar quente, deixa-se ficar três dias sem tocar e retira-se, com cuidado, a água [que entretanto ficou] colorida; repete-se este processo com água de violetas fresca até que toda a cor esteja retirada. Toda esta tintura assim extraída será evaporada até que fique um extracto parecido com o mel espesso; juntando-lhe ainda um pouco de água de violetas, vai-se engrossando até dar uma massa com a qual se poderão fazer as pílulas do tamanho habitual.”⁹¹

Mas, como é evidente, a medicina renascentista não se limitava à administração de tais pílulas, nem uma substância tão complexa como o suco de aloés poderia deixar de ser objecto de inúmeras aplicações diferentes, sofisticções por vezes gratuitas e, naturalmente, discussões aceras. Havia, por exemplo, toda uma arte em acompanhar os remédios com outras substâncias que influenciavam as qualidades daqueles conforme à teoria dos humores desenvolvida desde a Antiguidade. Estas práticas remontavam claramente ao período clássico e medieval. Escreve Orta a este propósito, sempre cioso de pôr na mesma balança os antigos e os modernos muçulmanos:

“Galeno manda dar 5 pirolas tamanhas como grãos de comer, e desta maneira he bom tomado pera paixões da cabeça, e Plínio diz que he muito boa mézinha, depois de bebida, pouco espaço, se tome cibo sobre ella, e ha de ser pouco e bom. Esta também é muito boa pratica e usada dos fisicos mouros d’esta terra, porque, como o aloés é mézinha debil, nom obrará se depois a natureza nam for fortificada com hum pouco de comer muito nutritivo e pouco em quantidade [...] porque o possa digerir, e, fortificada, faça melhor evacuação. Paulo diz que se ha de tomar em jejuum, e reprende aos que a dão depois de comer, porque diz que o corrompe o comer [...]”⁹²

“As pirolas tomão pella maneira a que nós tomamos, e as purgas liquidas tomão as pella maneira que as nós tomamos, scilicet, em rompendo a alva do dia, e estão sem comer, nem beber, nem dormir cinco horas, e se nestas nam purgão, tomão pera confortar o estomago, per regra de Aviçena, duas dragmas de almécego delidas em agoa rosada, e esfregãolhe o ventre com fél de vaca, e põelhe pannos molhados nelle sobre o umbigo, para çitar a operaçam e estimular a virtude expulsiva, se ha disso necessidade

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

alguma; e se purgar muyto bem, passadas estas cinco horas, bebem tres onças de caldo de galinha muyto bem temperado e outra cousa nam comem, e dormem algum espaço, e bebem alguma pouca quantidade de agoa rosada, e acabado de dormir purgão muyto bem [...]”⁹³

Vale a pena, a este respeito, seguir ainda por algumas linhas Garcia da Orta, que não se desinteressava totalmente, como é natural, da base literária de tais práticas. Por um lado, Orta diria que “perguntandolhe [aos físicos mouros] se faziam assi a todos os que purgavam, diziam que esta era a pratica comum dos fisicos letrados, e para isto não alegavam texto algum”. No entanto, o personagem Ruano, que nos *Colóquios* dialoga com o “autor”, identifica também as origens eruditas da purga descrita:

“Elles tem muyta razão no que fazem e praticam, porque o fel he solutivo per fóra mordicando a virtude expulsiva e em nam comer galinha he texto expresso de Avicena (223, trata. 2, cap. 23), donde diz que convem áquelle que quer tomar mézinha, que a tome muyto pella manhã e tarde o comer, e, passadas tres horas, quatro onças de pão com vinho e pouca agoa, e seis horas despois entre no banho, e saia de delle e estê quieto, e despois lhe dão de comer [...]”⁹⁴

Ora, na Índia, os preceitos da medicina árabe e persa medieval iam também, logicamente, sofrendo alterações conforme as práticas socioculturais locais – que nem sempre eram as mesmas dos europeus:

“E do banho, que diz o texto [de Avicenna], fazem-no? Si fazem, mas não em o mesmo dia, senão em outro dia despois, o qual banho he de preceito aos Bramenes e Baneanos, e a todo o Gentio, que nenhum dia comão sem lavar o corpo primeiro, e os Mouros lavamse, estando sãos, ao menos cada tres dias”⁹⁵.

Estas técnicas, sumariamente afloradas por Orta nos seus *Colóquios*, deixam entrever um pouco do potencial de refinamento que se escondia por trás de receitas aparentemente simples como a das pílulas de Galeno ou de Frankfurt. Não era senão à custa de muito estudo e muita *disputatio* que alguém se tornava físico. Ora, o aloés não servia apenas para tratar obstruções. Como vimos já em alguns dos textos citados, ele era também tomado para curar úlceras e “fortalecer” vários órgãos, equilibrar humores, combater a peste (em pílulas feitas de aloés, mirra, amoníaco, timiama,

vinho e açafraão⁹⁶) e o escorbuto, além de ser aplicado em feridas e infecções externas, não só no homem como ainda em cavalos e, segundo Orta, falcões (neste caso, utilizava-se uma massa chamada “mocebar” ou “bola”, feita de aloés e mirra)⁹⁷.

Facilmente se entende que o aloés, sendo um potente cicatrizante na pele, também poderia ser considerado um remédio para sarar úlceras estomacais. No entanto, esta capacidade para “fechar” e sarar parecia estar em contradição com o facto de o aloés “abrir” e purgar os intestinos. A contradição aparente tomava dimensões tanto maiores quanto mais se procurava encontrar uma fórmula universalmente válida, em vez de confiar nos benefícios da experiência prática. Os autores árabes e persas da Idade Média – nomeadamente Mesué, Serapião e Avicena – haviam chegado à conclusão relativamente pragmática de que, em certas situações, a primeira qualidade se sobrepuja à segunda, “abrindo” por exemplo as hemorróides e causando sangrias dolorosas, ao passo que noutras situações a qualidade adstringente se impunha, “fechando” as feridas exteriores. Garcia da Orta, conhecedor e respeitador da tradição oriental, defendia precisamente esta posição. Aliás, existia mesmo uma fórmula estabelecida por Jacob de Partibus no seu comentário a Mesué a este respeito: o aloés “restringe por fora e abre por dentro” – “e isto”, acrescentaria Orta sabiamente, é normal em “muitas mezinhas, que, tomadas por dentro, tem huma operaçam, e, applicadas por fóra, tem outras”⁹⁸.

No entanto, alguns médicos europeus insistiam em contradizer a tradição muçulmana por uma questão de princípio. Era o caso de Giovanni Manardo, autor de inúmeras cartas e comentários marcados por um pedantismo extremo. Manardo não só ia enviando os seus textos a colegas por toda a Europa, como também os publicou conjuntamente, em jeito de manual de farmacopeia e medicina⁹⁹. Nos seus escritos, este autor atacou em termos violentos os que tinham cautelas com o aloés no tratamento das hemorróidas, e afirmava com grande convicção que o aloés “cerrava as veias” da mesma maneira que sarava feridas externas e úlceras do estômago. Para Manardo tratava-se claramente de uma questão de princípio. Provavelmente, nunca teve hemorróidas para se convencer do seu erro. E quantos doentes não terão passado horrores por causa de tal convicção, enquanto na Arábia ou na Índia – por exemplo no hospital de Goa – teriam sido bem melhor tratados?

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

CONCLUSÃO

Conforme indicámos logo no princípio, a história – e particularmente a história dos usos medicinais do aloés – mereceria por si só um livro inteiro. O que podemos adiantar no presente lugar para encerrar o assunto antes mesmo de o abrir devidamente é que as complicações de que se encontram pejados os textos antigos, medievais e modernos se ligam em boa parte a uma complexidade química do suco de aloés que ainda hoje coloca problemas sérios à sua avaliação e aplicação. Contrariamente ao que alguns *media* sugerem, a ciência médica contemporânea está longe de compreender até que ponto o aloés pode de facto servir como “remédio universal” (ou seja, desde a cosmética à oncologia) para o ser humano sem efeitos secundários nefastos.

Como é evidente, há (e haverá) sempre aqueles que encontram nesta planta uma solução para tudo, nem que para isso tenham de passar pelos meandros da mística e do esoterismo. Assim podemos ler num manual recente:

“No âmbito do complexo processo de fabrico alquimista dos remédios – por exemplo na combinação do aloés com outras plantas – torna-se necessário transformar a informação curativa das plantas de maneira que, em vez de agir ao nível físico, ela o faça ao nível físico-espiritual. A essência [de aloés] liberta no nosso organismo frequências energéticas que vão mobilizar as nossas forças reguladoras. Assim se fortalece o nosso sistema nervoso, ficamos mais alegres, e reestabelece-se o equilíbrio da nossa alma. O elixir da vida afasta também o cansaço, e ainda ajuda a combater o stress dos exames [...]”¹⁰⁰

Na realidade – isto é, naquela realidade que é estudada pelos químicos – o aloés revela-se como uma espécie particularmente complexa, estando ainda hoje por estabelecer o modo de acção exacto de cada uma das suas componentes. Estas dividem-se, grosso modo, em nataloínas e barbaloínas, sendo que nestes últimos se distinguem dois tipos (“a” e “b”), susceptíveis, talvez, de dar uma achega para o antigo mistério da cor cítrica e/ou avermelhada do suco de aloés. As barbaloínas de tipo “a” estão presentes em força na *Aloe barbadensis* ou *Aloe vera*, tendo por particularidade avermelhar a qualquer temperatura. As de tipo “b”, pelo contrário, encontram-se noutras espécies do Índico (provavelmente

na *Aloe Perryi*), dando-lhe uma cor natural amarelada e avermelhando-se apenas a altas temperaturas. Ou seja, é possível supor que os sucos não expostos ao calor do fogo ou do sol permaneciam mais facilmente amarelos, ao passo que os outros, à medida que iam sendo engrossados, se tornavam mais escuros¹⁰¹.

Ainda assim, a última palavra está longe de ser dita no tocante aos componentes e às qualidades do aloés, até porque os diversos autores continuam a não se pôr de acordo sobre estas questões. A maioria dos estudos incide sobre as espécies mais comercializadas, sendo a *Aloe Perryi* de Socotorá muitas vezes ignorada. Geralmente falando, tudo indica que os diversos efeitos acima discutidos têm a sua origem em diversos componentes, mas cada um deles é bastante complexo do ponto de vista molecular e no tocante à acção que exerce sobre o organismo humano. A força purgativa, ligada à estrutura de glicose das barbaloínas presentes nas exsudações da folha do aloés, tem recebido alguma atenção científica. Curiosamente, no entanto, a acção cicatrizante, aparentemente ligada a estruturas de carboidratos mais presentes na parênquima (interior da folha, onde se encontra grande parte do suco) é ainda objecto de dúvidas¹⁰². Há que reter que, enquanto as vendas de aloés continuam a subir nos mercados, várias entidades têm também vindo a alertar para os riscos, nomeadamente cancerígenos, associados às terapias maciças e prolongadas com esta substância¹⁰³. Em 2002, a *Food and Drug Administration* dos EUA proibiu a inclusão do aloés em laxantes de venda livre¹⁰⁴.

Visto o caos (relativo, é certo) que ainda domina os estudos mais recentes, não admira que a toda a história do aloés seja feita de um sem-número de teorias falsas, discussões absurdas e aplicações erradas. A confusão dos textos medievais e modernos é decerto desencorajadora para quem procura uma história simples feita de progressos lineares no conhecimento das plantas. Mas poderá servir para confirmar, embora num campo de dimensões restritas, as ideias daqueles que argumentam que a história da ciência é feita de “convenções” mais do que de “conhecimentos”. Talvez esta história tenha também um efeito purgativo face à ideia traiçoeira, mas ainda fortemente enraizada, de que o progresso científico é o fruto inevitável da confrontação do Homem com a realidade. Em Socotorá, o “melhor aloés do mundo” continua à espera de alguém que o estude como deve ser. **RC**

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

NOTAS

- 1 Esta madeira originária do Sudeste Asiático, caríssima, é o produto ocasional das espécies *Aquilaria agallocha* e *Aquilaria malaccensis*, do género das *Thymelaeaceae*. Apenas as árvores afectadas por certos fungos desenvolvem, ao reagir contra a infecção, a resina que lhes confere o seu odor apreciado e a sua característica cor escura. Cf. nota *infra* sobre o aloés na Bíblia.
- 2 Wagler, “Aloë”, in *Paulys Realencyclopädie der Altertumswissenschaft*, 1.ª série, vol. 2, Estugarda, 1894, p. 1593; Max Aufmesser, *Etymologische und wortgeschichtliche Erläuterungen zu De materia medica des Pedanius Dioscurides Anazarbeus*, Hildesheim, Olms-Wedmann, 2000, p. 94.
- 3 Um dos problemas deste texto residia, como ainda veremos, na interpretação do adjectivo “hepático”, que uns leram (e ainda lêem) como sendo “da cor do fígado” e outros, pensamos que mais correctamente, como “da consistência do fígado”. Na verdade, o que estava em questão era precisamente a facilidade com que o bom aloés se “esfarela” entre os dedos, ao passo que o mau aloés é demasiado duro e se quebra em pedaços maiores; voltaremos a esta questão adiante, a respeito dos autores modernos.
- 4 Pedânio Dioscórides Anazarbeu, *De Materia Medica*, III, 22; Pedânio Dioscurides aus Anazarbeu, *Fünf Bücher über die Heilkunde. Aus dem Griechischen übersetzt*, trad. e ed. de M. Aufmesser, Hildesheim, Olms-Wedmann, 2002, pp. 166-167. Vertemos o texto a partir da tradução alemã, com excepção da referência ao “fígado” (cf. nota anterior).
- 5 Cf. Jerry Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, in *Analecta Medico-Historica*, 1, Oxford, 1966, p. 4; reprint in *Herbs and Herbalism in the Middle Ages and Renaissance*, Aldershot, 1999.
- 6 Caio Plínio Segundo, o Velho, *Naturalis Historia*, XXVII, V, 14-20; Caius Plinius Secundus d. Ä., *Naturkunde. Lateinisch-deutsch. Bücher XXVI-XXVII. Medizin und Pharmakologie: Heilmittel aus dem Pflanzenreich*, edição e tradução por R. König & G. Winkler, Munique & Zurique, Artemis Verlag, 1983, pp. 132-135. Baseamos a nossa tradução portuguesa no original latino, com ajuda da versão alemã.
- 7 Sátira VI, 179-181; Juvenal, *Satiren. Lateinisch-deutsch*. ed. por J. Adamietz, Munique, Artemis Verlag, 1993.
- 8 Celso, *De Medicina*, I, 3; cf. Wagler, “Aloë”.
- 9 Plínio, *Naturalis Historia*, XX, 142; XXI, 76; XXVI, 59 & 61; XXVII, 14, 16-20; Galeno, XI, 821; cf. Wagler, “Aloë”.
- 10 Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, p. 6.
- 11 João 19, 38-40; tradução segundo a edição da Difusora Bíblica / Franciscanos Capuchinhos, 1993.
- 12 Sobre o lenho-aloés, cf. nota 1; algumas passagens da Bíblia são mais claramente alusivas ao lenhaloés do que outras, nomeadamente em Números 24, 6; cf. também Cântico dos Cânticos 4, 14; Provérbios 7, 17; Salmos 45, 9.
- 13 A morte ocorreu durante as campanhas de Itália, em Roma, em Dezembro de 983.
- 14 Jerry Stannard, “Botanical Data and Late Medieval ‘Rezeptliteratur’ e ‘Notices Concerning the Availability of Medicamenta in Medieval Fachliteratur’”, ambos reimpressos em *Herbs and Herbalism*.
- 15 Cf. Leonhart Rauwolff, *Aigentliche beschreibung der Raiß inn die Morgenlaender*, Lauingen, 1582; nova ed. Graz, 1971, p. 315, onde se descreve uma pousada de peregrinos cristãos, na Terra Santa, cujo pátio verdejava com aloés que, segundo afirma o autor, se importava em grandes quantidades do “Oriente” para a Europa.
- 16 Cf. ainda Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, pp. 6-8.
- 17 Sobre a história de Socotorá, cf. os nossos trabalhos “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII”, in *Anais de História de Além-Mar*, 1 (2000), pp. 287-386 e, com mais pormenor, *Socotra. Geschichte einer christlichen Insel im Indischen Ozean* (Maritime Asia, 17), Wiesbaden, Harrassowitz, 2006.
- 18 Relato de Pieter van den Broecke (ca. 1620) em tradução francesa, René-Auguste-Constantin de Renneville, *Recueil des Voyages, qui ont servi à l'établissement et aux progrès de la compagnie des indes orientales*, 3.ª ed., Rouen, 1725, vol. VII, p. 558 [adaptação francesa de Isaac Commelin, *Begin ende voortgangh van de verenighde Nederlandsche geocroyeerde Oost-Indische Compagnie*, 2.ª ed., Amsterdão, 1646].
- 19 Brian Doe, *Socotra, Island of Tranquility*, Londres, Immel Publishing, 1992, pp. 39-40; sobre a botânica da ilha cf. W. Wraniak (ed.), *Socotra. Mensch und Natur*, Wiesbaden, Steiner, 1999.
- 20 Sobre a história deste produto, cf. Walter W. Müller, “Weihrauch”, in *Paulys Realencyclopädie der Altertumswissenschaft*, Supplement 15, Estugarda, 1978, pp. 700-777.
- 21 *Historia Plantarum*, IX, 4, 10; sobre o âmbito desta expedição, despachada em 324 a. C. por Alexandre Magno, um ano depois da expedição que levou Nearco da foz do Indo à foz do Eufrates, cf. Peter Högemann, *Alexander der Große und Arabien*, Munique, Beck, 1985.
- 22 *Periplus Maris Erythraei*, secções 30-31; veja-se a recente edição de Lionel Casson, *The Periplus Maris Erythraei. Text with Introduction, translation, and commentary*, Princeton, Princeton University Press, 1989; cf. ainda Christian Robin, “The Date of the Periplus of the Erythraean Sea in the Light of South Arabian Evidence”, in F. De Romanis & A. Tchernia (eds.), *Crossings – Early Mediterranean Contacts with India*, Nova Deli, Manohar, 1997, pp. 41-65.
- 23 Sobre Samarum, cf. Hermann von Wissmann, *Das Weihrauchland Sa'kalan, Samarum und Mos-cha*, mit Beiträgen von Walter W. Müller, Viena, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 1977; cf. também E. H. Warmington, *The Commerce between the Roman Empire and India*, [Cambridge 1928], 2nd edition, revised and enlarged, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1974, p. 202.
- 24 É provavelmente por aí que se explica também uma notícia famosa e estranha, recolhida por Plínio, segundo o qual Iuba, príncipe dos Núbios, afirmaria explicitamente não existir incenso nas ilhas da Arábia – o que é manifestamente falso: “*Iuba in insulis negat tus nasci*”, *Naturalis Historia*, XII, 32; cf. Jaroslav Tkatsch, “Saba. Nesoi Eudaimones”, in *Paulys Realencyclopädie*, 2.ª série, 1, 2, Estugarda, 1920, p. 1403.
- 25 *Topographia Christiana*, III, 65; *Topografia Cristiana. Libri I-V*, ed. por Wanda Wolska-Conus, A. Garzya & R. Maisano [baseado na ed. francesa de Paris, 1968-1973], Nápoles, D'Auria, 1992, pp. 120-121.
- 26 Cf. Édouard Charton, *Voyageurs anciens et modernes ou choix des relations de voyages les plus intéressantes et les plus instructives, depuis le cinquième siècle avant Jésus-Christ jusqu'au dix-neuvième Siècle*, Paris, 1854-1857, vol. II, p. 27 & 95; Joseph Toussaint Reinaud, *Relation des voyages faits par les Arabes et les Persans dans l'Inde et à la Chine dans le IX^{ème} siècle de l'Ère Chrétienne*, Paris, 1845, p. 139-140; e Gabriel Ferrand, *Voyage du marchand arabe Sulayman en Inde et en Chine, rédigé en 851, suivi de remarques par Abu Zayd Hasan (vers 916). Traduit de l'arabe avec introduction*, Paris, 1922, p. 128-129. É possível ter existido uma menção anterior na muito citada, mas depois perdida sùmula histórica de Ibn Khurdadbeh. Mas no grande “roteiro” desse mesmo autor, escrito em 852-56 e revisto em 894, Socotorá não aparece; cf. *Kitab al-Masalik wal-Mamalik (liber varum et regnarum)*, ed. por M. J. de Goeje, Leida, 1889.
- 27 Cf. Nina Pigulewskaya, *Byzanz auf den Wegen nach Indien. Aus der Geschichte des byzantinischen Handels mit dem Orient vom 4. bis 6. Jahrhundert*, Berlin & Amsterdão, Akademie/Hakkert, 1969, p. 132.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- 28 Al-Masudi, *Os Rios de Ouro*, § 879; *Les prairies d'or. Traduction française de Barbier de Meynard et Pavet de Courteille, revue et corrigée*, ed. por Charles Pellat, Paris, 1962-1997, vol. II, p. 332. O título correcto é, conforme insistem alguns arabistas, “*As Lavagens de Ouro*” ou “*Os Rios de Ouro*”; Al-Hamdani, *Súdarabien nach Al-Hamdani's Beschreibung der arabischen Halbinsel*, ed. por Ludwig Forrer, [Leipzig, 1942], Reimpressão Nendeln, 1996, p. 38.
- 29 *Geografia*, I, 6; *Géographie d'Édrisi*, vol. I, p. 47.
- 30 *Os Rios do Ouro*, 879; *Les prairies d'or*, vol. II, p. 332.
- 31 Discutimos os pormenores desta questão em *Sqotra*, pp. 24-31.
- 32 Högemann, *Alexander der Große und Arabien*, p. 85.
- 33 *Geografia*, I, 6; *Géographie d'Édrisi*, vol. I, pp. 47-48.
- 34 Rex Smith, “Ibn al-Mujawir on Dhofar and Socotra”, in *Proceedings of the Eighteenth Seminar for Arabian Studies*, Londres, 1985, p. 85.
- 35 *Zhu fan zhi* 諸蕃志, I, 27; *Chau Ju-Kua: His Work on the Chinese and Arab Trade in the twelfth and thirteenth Centuries, entitled Chu-fan-chi, Translated from the Chinese and Annotated*, ed. por F. Hirth & W. W. Rockhill, S. Petersburgo, 1912, p. 131.
- 36 *Zhu fan zhi*, II, 30; *ibid.*, p. 225.
- 37 Cf. Marco Polo, *Milione. Le divisament dou monde. Il Milione nelle redazioni toscana e franco-italiana*, ed. por Gabriela Ronchi & Cesare Segre, Milão, Mondadori, 1982, pp. 267-269 & 591-593; o texto de Ibn Madjid encontra-se em tradução inglesa de R. B. Serjeant em Doe, *Socotra*, p. 144.
- 38 *Ásia*, II, I, 4; *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente Ásia*, ed. por António Baião & Francisco Lindley Cintra [Coimbra, 1932], Reimpressão em 4 vols., Lisboa, IN-CM, 1988-2001, vol. II, p. 18.
- 39 *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, 1978, p. 145.
- 40 “... *allewa, die voor de besten van geheel Indien gehouden woordt, ende ook op alle plaatsen gevourdi*” (Pieter van den Broecke in Azië, ed. por W. Coolhaas, Haia, 1962, p. 250; cf. nota seguinte; ver também Vincent Le Blanc, *Les voyages fameux du sieur Vincent le Blanc marseillois qu'il a fait depuis l'âge de douze ans jusqu'à soixante, aux quatre parties du monde*, 2 vols., Paris, 1649, vol. I, pp. 41-42; Le Blanc não visitou a ilha, tendo viajado, em 1568, directamente do Iémen para Ormuz.
- 41 Niebuhr, *Beschreibung von Arabien*, S. 284 & 287.
- 42 *Recueil des Voyages*, vol. II, p. 93.
- 43 “Tweede Reys Van Kapiteyn Walter Peyton, na Oost-Indien”, in *Naaukeurige Versameling der Gedenk-Waardigste Reyzen Na Oost en West-Indien*, Bd. 25, Heft 7, Leida, 1707, p. 23.
- 44 Henry O. Forbes (ed.), *The Natural History of Sokotra and Abd-el-Kuri. Being the Report upon the Results of the Conjoint Expedition to these Islands in 1898-99*, Liverpool & Londres, 1903. Pouco admira tal comércio, visto que a espinha dorsal deste império passava, mais uma vez, perto de Socotór, antes de meter-se pelo recém-inaugurado canal de Suez.
- 45 Theodore [& Mabel Virginia Anna] Bent, *Southern Arabia*, Londres, 1900; A. Tschirch & E. Stock, *Die Harze. Die botanischen und chemischen Grundlagen unserer Kenntnisse über die Bildung, die Entwicklung und die Zusammensetzung der pflanzlichen Exkrete*, Berlim, 1935; cf. Bruno Mies, “Flora und Vegetation”, in Wrantik, *Sokotra*, p. 72.
- 46 “*Ergo pavimentanda ubi sata sit, censent, ut lacryma non absorbeat*”; *Naturalis Historia*, XXVII, 5 (cf. *supra*).
- 47 *Colóquios*, vol. I, p. 31.
- 48 *Obras Completas de D. João de Castro*, ed. por A. Cortesão & L. Albuquerque, Lisboa 1968, vol. I, p. 201.
- 49 Em Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes, Contayning a History of the World in Sea Voyages and Lande Travells by Englishmen and others*, 20 vols., Glasgow 1905-07, vol. IV, p. 16.
- 50 *The Voyage of John Huyghen van Linschoten*, vol. II, p. 126. Sobre a circulação do incenso e do aloés em geral cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Arcádia, 1963-65, vol. II, pp. 21ss.
- 51 *The Voyage of Nicholas Downton to the East Indies, 1614-15, as recorded in contemporary narratives and letters*, ed. por Sir William Foster [Londres, 1939] Reimpressão Nendeln, 1967, p. 63.
- 52 Cf. *The voyage of Nicholas Downton*, p. 62 e *The Embassy of Sir Thomas Roe to the Court of the Great Mogul, 1615-1619, as narrated in his Journal and Correspondence. Edited from Contemporary Records*, ed. por Sir William Foster [Londres, 1899] Reimpressão Nendeln, 1967, p. 31. Ambos falam num controlo total de qualquer comércio por parte dos fartaquis, o que parece pouco provável, principalmente para os produtos menos luxuosos como a carne, a água e as tâmaras. Quando Roe escreve: “*He raignes soe absolutely that noe man can sell any thing but him selfe*”, refere-se a “*his people*”, portanto à população islamizada.
- 53 *The Embassy of Sir Thomas Roe*, p. 33.
- 54 C. F. Beckingham, “Some notes on the history of Socotra”, in R. L. Bidwell & G. R. Smith (eds.), *Arabian and Islamic Studies. Articles presented to R. B. Serjeant on the occasion of his retirement*, Londres & Nova Iorque, Longman, 1982, p. 178. Tratar-se-ia por consequência da resina retirada da *Aloes succotrina* e não da *Aloes Perryi* (cf. nota *supra*).
- 55 Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. II, p. 29. Note-se como, quando Hagenaar visitou a ilha em 1633, este não parece ter levado mais consigo do que um quintal de aloés oferecido pelo sultão, mais quatro quintais em jeito de pagamento parcial por uma embarcação portuguesa: “*on leur vendit la frégate même qu'on avoit prise sur les Portugais, qu'on estima 250 réales. Ils en paièrent la moitié en aloë, à 33 réales le quintal, & le reste en cabris*” (Renneville, *Recueil*, vol. X, p. 374). Em toda a documentação oficial dos governadores de Batávia da VOC até inícios do século XVIII só se acha uma única menção do aloés: uma “*goed quantiteyt alouwa, mirrhe, cauwa ende andere aldaer vallende coopmanschappen meer*” vieram a Surrate de Mokha, sem que o texto forneça uma indicação mais precisa sobre a proveniência do produto (*Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, ed. por W. Ph. Coolhaas et al., 10 vols., Haia, 1960-1998, vol. II, p. 800. É possível e mesmo provável que esta carga já não fosse originária de Socotór.
- 56 *O Livro de Duarte Barbosa* (Edição crítica e anotada), ed. por Maria Augusta de Veiga e Sousa, 2 vols., Lisboa, 1996-2000, vol. II, pp. 409-501; a mesma lista refere também que o lenhaloés “verdadeiro e muito bom, pesado, preto” custaria por faraçola mil fanões – um preço tão exorbitante que pode não passar de um mal-entendido.
- 57 Forbes, *The Natural History of Sokotra*, p. 510.
- 58 *Dictionary of the Economic Products of India*, vol. I, p. 186; sobre as várias espécies cf. *infra*.
- 59 “Colóquio segundo do Aloes”, in *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. pelo conde de Ficalho, Lisboa, 1891-95, vol. I, pp. 23-41; cf. a edição latina de Carolus Clusius (Charles de l'Écluse) que popularizou a obra a partir de 1567; Carlos Clúsio, *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium Historia*, versão latina e portuguesa, ed. por J. Walter e M. Alves, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- 60 Orta, *Colóquios*, vol. I, p. 25. Conforme nota Ficalho, cujas notas seguem sendo da maior utilidade, *cebar* é a transcrição correcta do étimo arábico que veio a dar origem ao *acibar* espanhol e ao “azevre” ou “azebre” português (com base em Dozy, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, Leida, 1869). *Catecomer* é, por contraste, uma transcrição aproximada de um nome coloquial usado no litoral canarim, talvez *Ghrita Kumari*, derivado do sânscrito *Kumari*. *Aréa*, por fim, pode constituir simplesmente uma forma alterada de *elwa* ou *elia*, nomes usados no hindi e no bengali.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- 61 Orta, *Colóquios*, vol. 1, pp. 25-26.
- 62 Assim em Jacques Dalechamps, *Historia generalis plantarum in libros XVIII per certas classes artificiose digesta* [...], Lyon, Apud Gulielmum Rovillium, 1587, livro XVI, cap. 28, p. 1692.
- 63 Cf. Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, p. 8.
- 64 Leonhard Fuchs, *De historia stirpium commentarii insignes* [...], Basileia, In Officina Isingriniana, 1542, cap. 49, parágrafo “Ex Galeno”, p. 137.
- 65 “aloes nasce em a Ilha de çacotora em adem em cambaya em Valemça daragã em huma cidade que se chama molvidro e em outros lugares o mujto stimado na Ilha de camatora entao depos este o de nosas partes. o dadem e canbaya he mujto mao que nom vale nada” (carta de Tomé Pires para D. Manuel, Cochim, 27 de Janeiro de 1516, publicado em *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. por Armando Cortesão, Coimbra, 1978, p. 448.
- 66 Assim por exemplo em: Adamus Lonicerus [Adam Lonitzer], *Kreuterbuch. Von allerhand Bäumen, Strauchen, Hecken, Kreutern, Früchten unnd Gewürzen* [...], Frankfurt am Main: Bei Christian Egenolffs Erben, [1.ª ed. 1557] 1560, cap. 157, fol. 156. Este livro, sucessivamente reeditado até 1783, baseia-se na obra de Röschlin (cf. nota seguinte), retomando aliás algumas das suas gravuras. Entre as outras obras que influenciaram Lonitzer, contam-se duas edições de Dioscórides editadas em Frankfurt em 1543 e 1549, assim como os herbários de Bock e Fuchs (cf. Fritz Grossmann, *Adam Lonicers Kräuterbuch*, dissertação de doutoramento inédita, Universidade de Zurique, 1991).
- 67 Cf. Orta, *Colóquios*, pp. 25-27.
- 68 Assim em Eucharius Röschlin [ou Röslin], *Kreuterbuch. Künstlyche Conterfeyunge der Bäume, Slauben, Hecken* [...], Frankfurt am Main, Bei Christian Egenolffs Erben, [1.ª ed. 1533] 1569. Este livro baseia-se originalmente na obra de João de Cuba (c. 1500).
- 69 Ed. alemã *Kreutebuch Des Hochgelehrten weitberumbten Herrn Petri Andreae Matthioli* [...] *Jetzundt widerumb auffß new mit vielen Kreutern und Figuren* [...], Frankfurt am Main, s.n., 1586 [1.ª ed. Praga, 1563], fols. 230-231.
- 70 Orta, *Colóquios*, pp. 25-27.
- 71 John Ray, *Historia Plantarum Species hactenus editas aliaque insuper multas noviter inventas & descriptas complectens* [...], Auctore Joannes Raio, Tomus Primus, Londini, Typis Mariae Clark; Prostant apud Henricum Fathorne, 1686, p. 1196.
- 72 *Ibid.*
- 73 A obra de Francisco Hernández (1517-1587), escrita em latim, ficou manuscrita até ser editada pelo neapolitano Nardo Antonio Recchi (daí ser citado por vezes como *Raius*, a não confundir com John Ray) no século XVII; cf. *De materia medica Novae Hispaniae libri quatuor*, ed. por R. Álvarez Peláez, Junta de Castilla y León, Valladolid, 1998; cf. também Wilhelm Ulrich Waldschmiedt, *Kurtze und Gründliche Beschreibung Derer Aloen insgemein Insonderheit aber dere Americanischen Durch Veranlassung zweyer in dem Hoch-Fürstlichen Lust-Garten zu Gottorf bald blühenden Americanischen Aloen / verfertigt / und nebst einem vor vielen Jahren von eben dieser Materie heraus gegebenem Tractat, ans Licht gestellt*, Kiel, In Verlegung Sebastian Riechels, 1705, p. 13.
- 74 Artigo “Aloe”, em <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe>, consultado a 24-04-2006.
- 75 Trata-se de um apêndice à obra *Dissertatio historico-medica de vera herba britannica. Adjuncta est ejusdem aloidarum historia*, Amstelodami, Apud J. Wolters, 1698; a edição original neerlandesa, *Naauwkeurige beschryving der aardgewassen*, foi editada em Leiden por Pieter van der Aa em 1696.
- 76 Schulze, *Dissertation Historico-Medica de Aloe*, p. 10.
- 77 *Ibid.*, p. 12.
- 78 *Recueil des voyages*, vol. II, p. 93.
- 79 Johann Heinrich Schulze, *Dissertatio Historico-Medica de Aloe quam Placido Eruditorum Examini submittunt Praeses Io. Henr. Schulze [...] et Respondens Christianus Jacobi*, Altorfi Norimbergensium, Typis Iod. Guil. Kohlesii, s.d. [1723], p. 19. O autor cita “Cl. Hermanni *Cynosura mat. med.*, p. 285”, o que deverá referir-se à obra *Cynosura artis medicae*, de Paul Hermann (1646-1695).
- 80 *Ibid.*, p. 9.
- 81 Karl Thunberg, *Dissertatio Botanico-Medica de Aloë, quam [...] Carol. P. Thunberg [...] Pro Gradu Doctoris Publico Examini Subjicit Andreas Hesselius* [...], Upsalae, Apud Joh. Erdman, 1785, p. 11.
- 82 *Horti Medici Amstelodamensis rariorum tam Orientalis, quam Occidentalis Indiae*,
- 83 *The Gardener's and Florist's Dictionnary, or a Complete System of Horticulture*, 2 vols., Londres, C. Rivington, 1724.
- 84 Da vasta obra de Lineu, destacam-se *Systema Naturae* (1735), *Genera Plantarum* (1737), *Species Plantarum*, 2 vols. (1753).
- 85 *Botanique de Lamarck*, 13 vols., Paris, 1783-1817.
- 86 Cf. J.G. Baker, “Aloe Perryi”, in *Curtis's Botanical Magazine*, 3rd series, XXXVII (Dezembro 1881), tab. 6596.
- 87 *Ibid.*
- 88 Cf. ainda George Watt, *Dictionary of the Economic Products of India*, reprint Delhi 1972, vol. I, pp. 179-190.
- 89 Renneville, *Recueil des Voyages*, vol. II, p. 93.
- 90 Trad. nossa a partir de *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies From the Old English Translation of 1598* (eds. Arthur Coke Burnell & P. A. Tiele), reimpressão Nova Deli & Madrastra, 1988, vol. II, p. 127.
- 91 Wilhelm Ulrich Waldschmiedt, *Kurtze und Gründliche Beschreibung Derer Aloen insgemein Insonderheit aber dere Americanischen Durch Veranlassung zweyer in dem Hoch-Fürstlichen Lust-Garten zu Gottorf bald blühenden Americanischen Aloen / verfertigt / und nebst einem vor vielen Jahren von eben dieser Materie heraus gegebenem Tractat, ans Licht gestellt*, Kiel, In Verlegung Sebastian Riechels, 1705, pp. 4-5.
- 92 Orta, *Colóquios*, vol. I, p. 30.
- 93 *Ibid.*, vol. I, p. 35.
- 94 *Ibid.*, vol. I, pp. 35-36.
- 95 *Ibid.*, vol. I, p. 36.
- 96 *Ibid.*, vol. I, p. 31.
- 97 *Ibid.*, vol. I, pp. 28-29.
- 98 *Colóquios*, vol. I, p. 33.
- 99 Giovanni Manardo, *Epistolam Medicinalium Libri 22*, Basileia, 1535; *Epistolae Medicinales Diversarum Auctororum, Nempe, Ioannis Manardi Med. Ferrariensis. Nicolai Massae Med. Veneti. Aloisi Mundellae Med. Brixienis* [...], Lyon, 1557.
- 100 Rahn-Huber, *Natürlich heilen und pflegen mit Aloe Vera*, Munique, 1999, p. 38.
- 101 Encontrámos estas indicações em <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe> (consultado a 24-04-2006), pelo que elas são de reter com a devida cautela; cf. nota seguinte.
- 102 T. Reynolds, “The compounds in Aloe leaf exudates: a review”, in *Botanical Journal of the Linnean Society*, 90 (1985), pp. 157-177; aí se encontra também uma tabela que intenta identificar as origens mais comuns, na actualidade, das várias qualidades de aloés, ainda hoje denominadas de *Hepatic* e *Socotrine*, além de *Cape*, *Curaçao*, *Zanzibar*, *Natal* (p. 170). Ou seja, as designações geográficas e qualitativas continuam hoje a cruzar-se de forma a causar dificuldades aos cientistas.
- 103 Cf. <http://www.quackwatch.org/01QuackeryRelatedTopics/DSH/aloe.html> (consultado a 24-04-2006).
- 104 Cf. <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe> (consultado a 24-04-2006).